

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA – CODEVASF**

REF.: CONCORRÊNCIA - EDITAL Nº 33/2013
PROCESSO Nº 59500.000628/2013-40

ENGECORPS ENGENHARIA S.A., doravante designada “Impugnante”, já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por seu representante legal *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de V. Sa., com fulcro na faculdade prevista no art. 109, § 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, bem como na subcláusula 14.4 do instrumento convocatório (“*Edital de Licitação*”), apresentar sua inclusa **IMPUGNAÇÃO** ao Recurso Administrativo interposto pela proponente **JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA.**, através das razões a seguir aduzidas, a qual requer, após processadas, sejam remetidas à apreciação da Autoridade competente, cumpridas as cautelas legais.

i. IMPUGNAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA PROPONENTE JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA.

i.[a] BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Insurge-se a recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda., ante a prolação da decisão emanada por esta D. Comissão Técnica de Julgamento através do "Relatório de Julgamento das Propostas".

A recorrente sustenta em síntese, equívoco no julgamento das propostas técnicas por parte desta Comissão Técnica de Julgamento, consubstanciado na exasperação dos limites do poder discricionário da Administração, bem como da quebra do poder dever de vinculação ao instrumento convocatório.

Ademais, a Recorrente baliza seus argumentos, suscitando suposta afronta por parte desta D. Comissão de Licitação, aos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93.

Não tem razão a recorrente, conforme restará demonstrado a seguir, devendo ser mantido o resultado do julgamento das propostas técnicas realizado por essa D. Comissão Técnica de Julgamento.

i.[b] TEMPESTIVIDADE

A ora Impugnante foi comunicada através do fax nº 541/13 de 06 de setembro p.p., da interposição do repelido recurso, portanto tempestivo o presente feito recursal, vez que o prazo legal para interposição da presente se exaurirá no dia 13/09/2013.

i.[c]

MÉRITO DAS RAZÕES RECURSAIS CONCERNENTES DA DISCORDÂNCIA COM A ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA À RECORRENTE JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA. – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

Inconformada com o resultado desfavorável à sua pretensão, a recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda., aduz em sua peça recursal, acerca da ruptura por parte desta Comissão Técnica de Julgamento do regramento estipulado no edital de licitação, bem como consagrado no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, mais precisamente no que tange a objetividade do julgamento.

Ora, melhor sorte não cabe à recorrente, devendo ser repellido perfunctoriamente tal argumentação. Isto porque a objetividade do julgamento não deve ser absoluta quando adotado o tipo “*técnica e preço*”, isto porque a complexidade do objeto exige exame cognitivo por colegiado ou especialista, eminentemente intelectual e técnico, visando verificar a aderência do conteúdo técnico das propostas em cotejo com o escopo perquirido pelo instrumento convocatório.

Neste sentido é o magistério do brilhante doutrinador administrativista Prof. Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, que nos ensina:

“Cumpre reconhecer, entretanto, que objetividade **absoluta** só se pode garantir previamente nos certames decididos unicamente pelo preço. Quando entram em causa qualidade, técnica, rendimento – muitas vezes indispensáveis para a aferição das propostas –, **nem sempre será possível atingir-se o ideal da objetividade extrema**, pois, quando os bens ou serviços são fortemente aparentados nestes atributos, a primazia de um ou de outro depende de apreciações irredutíveis a um plano excludente de opiniões pessoais.”¹
(grifos nossos)

¹ Mello, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009, pg. 529
Alameda Tocantins, 125 – 4º andar – 06455-020 - Alphaville – Barueri – São Paulo - Brasil
Tel. (55) 11 2135 5252 - Fax (55) 11 2135 5270
comercial@engecorps.com.br | www.engecorps.com.br

Neste diapasão, o Colendo Tribunal de Contas da União sedimentou entendimento neste sentido ao prolatar o Acórdão nº 1542/2012-Plenário, senão vejamos:

A pontuação do item técnica, em licitações do tipo técnica e preço, deve ser obtida a partir de critérios consistentemente estruturados e de julgamento fundamentado, capazes de minimizar o grau de subjetividade inerente a esse tipo de licitação

Representação efetuada por empresa apontou possíveis irregularidades na Concorrência 5.548/7066-2011, do tipo técnica e preço, conduzida pela Caixa Econômica Federal (Caixa), cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em assessoria de imprensa, com atuação em todo o território nacional e lotação nas unidades da federação São Paulo e Rio de Janeiro. Em face de aparentes vícios identificados na condução desse certame, o relator submeteu ao Plenário proposta de modificação de medida cautelar anteriormente concedida para autorizar o seguimento do certame, sem permitir, porém, a adjudicação do objeto da licitação, nem a consequente contratação da empresa vencedora. Procedeu, em seguida, ao exame detido de todos os aspectos suscitados pela autora da representação. Destaque-se, entre eles, a alegada obscuridade dos critérios de julgamento das propostas técnicas (ausência de critérios objetivos). Consoante previsão contida no edital, a pontuação da proposta técnica seria distribuída pelos itens '*Conhecimento Caixa e Diagnóstico da Situação*', '*Planejamento e*

*Soluções de Imprensa', 'Capacidade de Atendimento', 'Outros Serviços Prestados'. A unidade técnica anotou que o instrumento convocatório esclareceu o que se pretendia para o cumprimento de cada item. O Relator, ao endossar, a análise e conclusão da unidade técnica, ressaltou que o julgamento, a partir de critérios objetivos, deve nortear as licitações públicas, conforme imposto pelos comandos contidos nos arts. 44, § 1º, e 45 da Lei nº 8.666/1993. Registrou, porém, que "o critério de julgamento **absolutamente objetivo** só é possível na licitação do tipo menor preço". O que se pode exigir em certames como o sob exame – do tipo 'técnica e preço' – "é o menor nível possível de subjetividade no seu julgamento, com avaliações devidamente fundamentadas por parte dos membros da comissão de licitação". Isso se consegue por meio da estipulação de "parâmetros bem definidos no edital, para a atribuição de notas aos diversos fatores avaliatórios nele previstos, cuja conjugação, na forma igualmente estabelecida no ato convocatório, há de ser suficiente para mitigar eventuais resquícios de imprecisão na maneira de julgar as propostas oferecidas ...". Acrescentou que o edital impugnado estabeleceu o que seria avaliado em cada item da proposta técnica e a composição de seus subitens, com as respectivas pontuações mínimas e máximas. Além disso, ressaltou que as notas das licitantes foram atribuídas após avaliação fundamentada da comissão de licitação. Considerou também que as licitantes que participaram do certame tiveram suas propostas técnicas classificadas e*

que a empresa vencedora, além de apresentar a melhor pontuação técnica, ofertou preço 3% acima da proposta de menor valor. O Relator, ao final, em linha de consonância com a proposta da unidade técnica, considerou insubsistente a impugnação da autora da representação sobre esse aspecto e os demais por ela suscitados. O Tribunal, ao acolher proposta do relator, decidiu conhecer a representação e, no mérito, julgá-la improcedente, revogando, em consequência, a medida cautelar anteriormente adotada. **Acórdão nº. 1542/2012-Plenário, TC 037.751/2011-5, rel. Min. Valmir Campelo, 20.6.2012.**

Desta forma resta prejudicada a argumentação da recorrente, em face da sólida doutrina e jurisprudência em sentido contrário à sua pretensão, uma vez que o instrumento convocatório definiu exaustivamente os critérios objetivos a serem aplicados quando da análise e julgamento das propostas, o que de fato ocorreu no deslinde dos trabalhos, todavia a análise criteriosa do conteúdo técnico das propostas, novamente conforme definido no edital, depende de apreciação e parecer pessoal dos julgadores habilitados para tal.

Neste contexto, verifica-se que fora acertado o julgamento perpetrado por esta D. Comissão Técnica de Julgamento, sendo imperiosa a manutenção do julgado.

i.[d]

MÉRITO DAS RAZÕES RECURSAIS CONCERNENTES DA DISCORDÂNCIA COM A ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA À RECORRENTE JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA. – CONHECIMENTO DO EMPREENDIMENTO, PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E PLANO GERAL DE TRABALHO.



Irresignada ante o julgamento perpetrado por esta Comissão Técnica de Julgamento, a recorrente insurge-se alegando equívoco e desvinculação ao instrumento convocatório por parte da Administração, todavia tal argumento deve ser de plano repellido.

O termo de referência (Anexo II) ao instrumento convocatório, em sua subcláusula 9.2.2 estatuiu objetivamente os elementos obrigatórios à aceitação da proposta técnica pela Administração. Em sua alínea “d”, referida subcláusula (9.2.2.) versou sobre o conteúdo eminentemente técnico a ser apresentado pelas proponentes, de forma a demonstrar com clareza seu conhecimento e domínio técnico do objeto perquirido pelo certame licitatório.

“9.2.2. A proposta conterá, nos itens pertinentes ao sumário precedente, informações detalhadas para cada parte, nos aspectos indicados a seguir:

...

d) Procedimentos Técnicos (9.2.1 - 2.2): descrição sucinta e objetiva, demonstrando o conhecimento, experiência e domínio pela licitante da técnica de execução do Concreto Compactado a Rolo (CCR) para barragens, destacando os procedimentos e o controle tecnológico a serem empregados para garantir a qualidade dos serviços;”

Com base neste preceito as proponentes submeteram suas propostas à apreciação e julgamento da Administração, pelo que do pertinente Relatório de Julgamento das Propostas Técnicas verifica-se que a recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda. não atendeu satisfatoriamente as exigências supramencionadas, insculpidas no edital de licitação. *(Termo de Referência – Anexo II, subitem 9.2.2., alínea “d”).*

Pelo que vejamos excerto extraído do relatório de julgamento, o seguinte comentário quando da análise e julgamento da proposta técnica da recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda..

“Procedimentos Técnicos

O documento apresentado possui cópias literais de trechos da Dissertação de Mestrado: O uso do concreto compactado com rolo em barragens - tendências futuras, do autor Luiz Milani Filho, Itajubá (MG), datada de dezembro de 2003. Isto não demonstra conhecimento e domínio técnico do assunto em questão. Além disso, a proposta apresentada não demonstra objetividade e detalhamento das atividades. A nota foi obtida em razão do cotejamento entre as propostas apresentadas.

Nota 2.” (nossos grifos)

Ante tal constatação a recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda. interpôs recurso administrativo, alegando em suma desconhecimento sobre o engodo, e, imputa tal conduta a outrem, seu consultor Eng. Wanderley Guimarães Correia.

Ora, referida irresignação é descabida, uma vez que a simples apresentação da proposta caracteriza manifestação volitiva da proponente. Isto porque a simples apresentação da proposta aperfeiçoa o negócio jurídico, de forma a criar vínculo entre o proponente e a Administração, não se coaduna desta forma o entendimento da recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda. ao tentar eximir-se quanto ao fato da apropriação de material intelectual alheio em **sua** proposta como se dela ô fosse.

Assim, independente da fonte que colaborou para a elaboração de **sua** proposta, a proponente e recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda. deveria zelar pela

confirmação das fontes de sua produção técnica (Proposta Técnica), ao não fazê-lo, aceitou passivamente o risco de ser arguido eventual embuste, como o foi no caso em tela. Desta forma é no mínimo temerária a conduta da recorrente, suscitando dúvidas inclusive quanto a sua real capacidade para executar os serviços objeto do presente certame, sendo imperiosa a manutenção do interesse público em detrimento da recorrente, que se frise não possui capacidade técnica de sequer elaborar proposta técnica incólume.

Este vetusto entendimento já era doutrinado em 1862 pelo Visconde do Uruguay, em seus célebres ensinamentos.

“a administração não deve ficar pêada quando da promoção do bem público e no cumprimento dos deveres que lhe impõem as leis”² (sic)

Com efeito, é inegável que o resultado do julgamento perpetrado por esta D. Comissão Técnica de Julgamento foi acertado, uma vez que identificou elementos indicativos que inferem a ausência de conhecimento e domínio técnico pela recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda. de forma a demonstrar experiência na técnica de execução do Concreto Compactado a Rolo (CCR) para barragens, e a destacar inequivocamente os procedimentos e o controle tecnológico a serem empregados para garantir a qualidade dos serviços.

Desta forma, novamente verifica-se o acerto do julgamento perpetrado por esta D. Comissão de Licitação, no que tange a atribuição das notas à recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda., sendo imperiosa a manutenção de tal pontuação.

i.[e] MÉRITO DAS RAZÕES RECURSAIS CONCERNENTES DA DISCORDÂNCIA COM A ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA À RECORRENTE JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA. – EQUIPE TÉCNICA.

A recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda. busca ainda a reforma do *decisum*, no que pertine a atribuição de notas a seus profissionais, arguindo – *sempre à luz de*

² Uruguay, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. pg 88

seu particular entendimento – falta de isonomia no julgamento. Tenta balizar seu entendimento utilizando o critério de comparação tempo e quantidade de experiências, o que é pernicioso, uma vez que inegavelmente existem fatores bem mais criteriosos para definir o atendimento ou não de determinada experiência em cotejo com o escopo predefinido no instrumento convocatório. Desta forma a Administração utilizando-se dos critérios objetivos estatuídos no edital de licitação, verifica a similaridade entre o proposto pela proponente e o estipulado no regramento estatuído no instrumento convocatório, sob a égide da parcela de maior relevância e de conceitos técnicos inerentes caso a caso, todavia sem casuísmo.

O que a recorrente busca impor é uma análise superficial, levando-se em conta meros elementos simplórios, o que deve ser repellido. O tempo de formação não possui o múnus de determinar uma qualificação diferenciada e/ou o atendimento ou não às cláusulas do edital de licitação, isto porque o profissional pode no decorrer do tempo ter deixado de atuar ativamente em sua profissão e depois regressado, criando um vácuo de atualização e atuação, da mesma forma a quantidade de atestações (experiências), vez que a complexidade dos trabalhos (atestados) pode variar significativamente, impondo um maior desafio de nível técnico para um e menor nível de dificuldade para outro.

Todavia a conduta de cotejo entre os profissionais propostos, adotada pela Comissão Técnica de Julgamento é a melhor indicada, vez que perpetrada verticalmente a análise dos profissionais levando-se em consideração o critério objetivo de julgamento e a imparcialidade adotados, não devendo subsistir as alegações da recorrente, sob pena de macular o presente certame.

i.[e].1. CONSULTOR EM GEOTECNIA

Impressiona – *na acepção negativa da palavra* – o modo como a recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda., interpretando *sui generis* os termos do edital de licitação, busca contrapor o resultado do julgamento desta Comissão Técnica de Julgamento aos termos insculpidos no instrumento convocatório. Todavia de forma maliciosa e sem lastro fático-jurídico, a recorrente assevera instavelmente que o entendimento adotado por esta Comissão julgadora não deve prevalecer sobre os achismos da recorrente. Ora é descabida a alegação da

recorrente, inconformada tenta agredir a incólume decisão proferida, e popularmente “tenta atirar para todos os lados” em seu afã irascível, suscitando máculas inexistentes inclusive à ora Impugnante. Não se coaduna com os elementos fáticos fartamente constantes dos autos do processo as alegações da recorrente, inclusive no que tange ao profissional indicado pela ora Impugnante para a função de “*Consultor em Geotecnia*”, pelo que passamos a analisar.

O edital de licitação, em sua subcláusula 4.3.2 (*in verbis*) estipula que as propostas técnicas deviam ser elaboradas em conformidade com o *Termo de Referência – Anexo II*.

“4.3.2. A Proposta Técnica, deverá ser elaborada em conformidade com o estabelecido no item 9.2 a 9.2.4 e 9.3.4.1 dos Termos de Referência, Anexo II deste Edital.”

Por sua vez o item 9.2.2, alínea “f” (*in verbis*) estipula os requisitos mínimos para os profissionais a serem propostos.

“9.2.2. A proposta conterá, nos itens pertinentes ao sumário precedente, informações detalhadas para cada parte, nos aspectos indicados a seguir:

...

Equipe Técnica (9.2.1 - 2.4): composta pelos profissionais de nível superior e de nível técnico, definida e quantificada pela Codevasf, conforme quadro TSUP-I - Equipe Técnica. Para fins de julgamento, apresentar a equipe chave, observando os aspectos a seguir:”

Mais especificamente para a função de Consultor em Geotecnia, exigem-se os seguintes predicados técnicos para a aceitação do profissional proposto.

“- **Consultor em Geotecnia:** ser profissional com larga e comprovada experiência em consultoria e/ou execução de fundações, escavações em rocha e geotecnia em obras de barragens (com no mínimo 10 anos como consultor e/ou executor), deverá esclarecer dúvidas que venham a surgir quanto à implantação do projeto, definir e adequar métodos executivos. Poderá pertencer ou não ao quadro da licitante e, caso não pertença, deverá apresentar declaração ou instrumento legal que garanta que o mesmo irá prestar os serviços de “**consultoria em campo**” quando solicitado pela fiscalização da Codevasf. Anexar ficha curricular, assinada pelo Consultor assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas.” (nossos grifos)

Vejamos que a recorrente, em sua peça recursal, disserta torpemente, a contrário senso do que objetiva referida exigência.

Senão vejamos:

Com referência ao profissional Murillo Dondici Ruiz da empresa ENGECORPS ENGENHARIA S.A, que obteve a nota máxima em sua pontuação, deverá haver reformulação de julgamento para que lhe seja aplicada a **NOTA ZERO, pois não possui este, conforme extraímos da análise de seu currículo, experiências em obras de barragens, mas tão somente em projeto geotécnico de barragem, não atendendo ao disposto no**

Edital da Concorrência 33/2013, a exemplo do julgamento do consultor em mecânica da empresa Magma que por não ter apresentado experiência no disposto no Edital, obteve a nota zero. O mesmo critério deverá ser, portanto, utilizado. (nossos grifos)

Notemos que a interpretação da recorrente é totalmente incongruente com o regramento adotado no edital de licitação. Ademais a própria pela recursal, sob a égide do princípio jurídico da instrumentalidade das formas, serve de testemunho abonador para o profissional proposto pela ora Impugnante, vez que convalida a experiência do profissional em “*projeto geotécnico de barragem*”, ou seja, atendendo o que objetivamente se exigiu no edital de licitação - *ser profissional com larga e comprovada experiência em consultoria e/ou execução de fundações, escavações em rocha e geotecnia em obras de barragens (com no mínimo 10 anos como consultor e/ou executor)* – importando acertadamente na pontuação atribuída à ora Impugnante.

Dada a complexidade do vernáculo adotado por nossa nação, o português por sua latinidade, suscita inexoravelmente à equívocos no que tange à sua interpretação, quanto ao emprego da partícula e/ou tal emprego é antigo, vez que no “Latim” nossa língua *mater* já se empregava tal disjunção inclusiva, o primeiro era *vel* um OU fraco, **inclusivo**, significando “**um ou outro, possivelmente ambos**”; o segundo era *aut* um OU forte, **exclusivo**, significando “**ou será um, ou será outro**”. A lógica formal resolveu o problema criando dois símbolos diferentes, um para cada tipo de OU. Uma língua natural como o Português, porém, não pode “criar” conjunções ou preposições; por causa disso surgiu a prática (adotada por alguns, mas não por todos os usuários) de usar uma barra entre o E e o OU para indicar que se trata do OU **fraco** (o *vel* do Latim), isto é, o OU **inclusivo**.

Consoante tal premissa, verifica-se que o edital de licitação ao contrário do que propõe a recorrente, não foi taxativo ao exigir que a experiência do profissional proposto se limite a apenas e tão somente “**experiências em obras de barragens**”, ao invés disto dispôs que o profissional deveria possuir “comprovada experiência em **consultoria e/ou execução de fundações, escavações em rocha e geotecnia em obras de barragens (com no mínimo 10 anos como consultor e/ou executor)**”, assim acreditamos que a dificuldade da recorrente tenha sede no emprego da disjunção inclusiva “e/ou”. Ora se a própria recorrente afirma que a ora Impugnante

apresentou profissional com experiência em geotecnia de barragens, vislumbra-se espécie de preclusão lógica.

Desta forma, foi se verifica acertado o julgamento perpetrado por esta D. Comissão Técnica de Julgamento, no que tange à atribuição das notas tanto para a recorrente JM Engenheiros Consultores Ltda., quanto para a ora Impugnante, sendo imperiosa a manutenção de tal pontuação.

ii. DO PEDIDO

Isto posto, a impugnante **ENGE CORPS ENGENHARIA S.A.**, requer que seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela recorrente **JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA.**, mantendo-se incólume a decisão da Comissão Técnica de Julgamento no que tange o julgamento das propostas técnicas.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 13 de setembro de 2013.



ENGE CORPS ENGENHARIA S.A.
MARCOS MURILO BUCKER RUIZ
Representante Legal